



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Transportes
Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Estado do Rio de Janeiro
Assessoria de Controle e Auditoria Interna – CODERTE

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES – RANAT 2020

DADOS GERAIS DE IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

ÓRGÃO/ENTIDADE: Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Estado do R.J.		
CNPJ: 42.467.191/0001-46		
SIGLA: CODERTE	UG 317100	GESTÃO: 00006
NATUREZA JURÍDICA: Entidade da Administração Indireta do Poder Executivo	VINCULAÇÃO: Secretaria de Estado de Transportes	
ENDEREÇO: Rua Visconde de Inhaúma, nº 65/Centro - RJ		CEP: 20.091-007
TELEFONE: 2332-5050	EMAIL:	
PÁGINA INSTITUCIONAL NA INTERNET: www.coderte.rj.gov.br		

1. INTRODUÇÃO

Este Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RANAT apresenta as informações sobre a execução do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PLANAT e a análise dos resultados dos trabalhos realizados no exercício de 2020, em observância ao artigo 6º do Decreto nº 46.873, de 13 de dezembro de 2019, e ao Art. 7º da Resolução CGE nº 70, de 23 de dezembro de 2020.

O Relatório foi elaborado com base nas informações registradas nos controles desta Assessoria de Controle e Auditoria Interna da Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Estado do Rio de Janeiro – CODERTE.

Nosso trabalho foi conduzido utilizando as normas de auditoria aceitas e por amostragem e seguindo o Plano de Auditoria proposto para o exercício de 2020, bem como, itens não previstos no PLANAT.

2. QUADRO DEMONSTRATIVO DO QUANTITATIVO DE TRABALHOS DE AUDITORIA INTERNA, CONFORME O PLANAT, REALIZADOS, NÃO CONCLUÍDOS E NÃO REALIZADOS

A seguir serão apresentadas as atividades executadas por essa Assessoria de Controle e Auditoria Interna- ASCI, em conformidade com o previsto no Anexo I – Plano Anual de Auditoria - PLANAT.

Nº	Objeto	Objetivo	Status
1	Análise de 100% dos processos de pagamentos	Verificação da devida instrução processual, empenho, liquidação, se a despesa está atestada e caso esteja prevista em contrato se este contrato está vigente.	Concluído
2	Assessoramento do Conselho Fiscal	Atender às solicitações relativas a apresentação de documentações e esclarecimentos/informações contábeis.	Concluído
3	Contas Contábeis: verificação da concessão e Prestação de contas de Adiantamentos para Despesas Miúdas e de Pronto Pagamento.	Verificação dos prazos de aplicação e prestação de contas e atestação das notas fiscais.	Concluído
4	Contas Contábeis: Verificação dos saldos das contas bancárias integrantes de Caixa e Equivalentes de Caixa.	Acompanhar a gestão financeira da companhia	Concluído
5	Existência de débitos e créditos dos extratos bancários não contabilizados.	Avaliar a gestão financeira	Concluído
6	Participação em Cursos de Capacitação, Palestras e Reuniões	Atualização/capacitação para o desenvolvimento das atividades	Concluído
7	Atestação da não existência de contas bancárias não integradas no SIAFE-Rio	Controle dos recursos da Companhia	Concluído
8	Verificação de outras informações de natureza financeira considerada relevantes na análise de risco realizada pela UCI	Atestar conformidades de preceitos e boas práticas relacionadas à gestão financeira	Concluído
9	Avaliação dos bens móveis quanto à correção dos registros contábeis, a estrutura tecnológica e de pessoal para administrar o patrimônio e à qualidade e suficiência dos controles internos administrativos.	Atestar os controles contábeis e monitorar o trabalho de levantamento dos controles internos relacionados à gestão de bens móveis.	Concluído

10	Análise do cumprimento dos objetivos corporativos previstos no estatuto, contrato, lei de criação ou similar	Verificar se a Companhia cumpre seus objetivos previstos no Estatuto.	Concluído
11	Avaliação quanto à pertinência dos créditos inscritos por dano ao patrimônio	Avaliação contábil da Entidade	Concluído
12	Avaliação à observância da ordem cronológica de pagamentos estabelecida pelo art. 5º da Lei 8.666/93.	Validar se a Entidade observa a ordem cronológica dos pagamentos realizados.	Concluído
13	Análise das inconsistências no planejamento da receita.	Avaliar a existência de distorções entre o planejamento e a execução da receita.	Concluído
14	Análise das inconsistências no planejamento da despesa	Avaliar a existência de distorções entre o planejamento e a execução da despesa	Concluído
15	Avaliação da gestão da descentralização de créditos realizada no exercício, observando a legalidade dos atos e a regularidade das prestações de contas.	Atestar a conformidade da legalidade dos atos e a regularidade das prestações de contas.	Concluído
16	Avaliação das alterações orçamentárias ocorridas no exercício, quanto aos aspectos considerados na legislação vigente tanto para créditos adicionais quanto para remanejamento transposições e transferências de créditos orçamentários.	Checar a existência de Superávit financeiro por fonte de recurso nas hipóteses de alterações orçamentárias ocorridas no exercício.	Concluído
17	Avaliação do crescimento da folha de pagamentos	Controlar os gastos com pessoal	Concluído
18	Cumprimento dos objetivos estabelecidos no PPA	Avaliar se as metas estabelecidas no PPA foram atingidas analisando as causas e insucessos no desempenho da gestão.	Concluído
19	Avaliação da conformidade e efetividade dos controles internos quanto à elaboração das demonstrações contábeis.	Assegurar que as demonstrações contábeis foram elaboradas conforme a Lei nº 6.404/76 e Comitê de Pronunciamentos Contábeis	Concluído
20	Avaliação da instrução processual e manutenção da documentação arquivada e verificação do grau de paridade do valor da prestação de contas nos documentos que a compõe.	Atestar a correta instrução processual e o arquivo da documentação das Prestação de Contas de Bens Patrimoniais e Bens em Almoxarifado.	Concluído

21	Analisar os procedimentos de Tomada de Contas quanto à descrição do fato e identificação do responsável	Validar os procedimentos de Tomadas de Contas executadas pela gestão da Entidade.	Concluído
22	Verificar os repasses dos valores referentes às concessões, no Departamento Financeiro.	Verificar a formalidade e o cumprimento dos contratos de Concessão.	Concluído

Seguem os achados quando da verificação dos itens acima:

Item Nº	Histórico	Achados
2	Assessoramento do Conselho Fiscal	Continuam pendentes algumas recomendações do Conselho Fiscal.
3	Contas Contábeis: verificação da concessão e Prestação de contas de Adiantamentos para Despesas Miúdas e de Pronto Pagamento.	Devido a pandemia e ao trabalho remoto e considerando que os documentos permaneceram na empresa dois processos de Prestação de Contas perderam o prazo sem contudo ter trazido prejuízo ao Erário.
5	Existência de débitos e créditos dos extratos bancários não contabilizados	Recomendamos a regularização das pendências de exercícios anteriores, registradas na Conciliação Bancária.
9	Avaliação dos bens móveis quanto à correção dos registros contábeis, a estrutura tecnológica e de pessoal para administrar o patrimônio e à qualidade e suficiência dos controles internos administrativos.	Recomendamos que a Assessoria de Contabilidade Analítica providenciasse os cálculos da depreciação dos bens móveis e os respectivos registros contábeis.
10	Análise do cumprimento dos objetivos corporativos previstos no estatuto, contrato, lei de criação ou similar	A Companhia cumpre parte dos objetivos previstos no Estatuto Social. A administração vem envidando esforços no sentido de ampliar o campo de atuação, contudo os estudos e projetos iniciados não puderam prosseguir em razão da diminuição da receita tendo em vista a Pandemia pelo COVID – 19.
13	Análise das inconsistências no planejamento da receita.	A receita arrecadada nos meses de janeiro e fevereiro de 2020 foram superiores a receita prevista. Com a pandemia a receita foi reduzindo e não atingiu os valores previstos.
14	Análise das inconsistências no planejamento da despesa	Por força de Decreto Estadual os valores dos contratos foram reduzidos tendo em vista a pandemia por Covid-19.
16	Avaliação das alterações orçamentárias ocorridas no exercício, quanto aos aspectos considerados na legislação vigente tanto para créditos adicionais quanto para remanejamento transposições e transferências de créditos orçamentários.	Por intermédio do processo SEI – 10/004/000437/2020 foi apurado o Superávit Financeiro no valor de R\$6.127.100,00, registrado em maio de 2020.

18	Cumprimento dos objetivos estabelecidos no PPA	<p>Implantação e Reforma de Terminais e Estacionamentos: Causas para o não cumprimento da meta física – Redução de arrecadação causada pela pandemia COVID-19;</p> <p>Operacionalização de Terminais e Estacionamentos:</p> <p>Reforma de Terminais Rodoviários Concedidos – inviabilidade administrativa;</p> <p>Concessão de Terminais Rodoviários:</p> <p>PRODUTOS.</p> <p>4536 – Duque de Caxias – Situação paralisado</p> <p>4537 – Cabo Frio – Situação Não Iniciado</p> <p>7331 – Angra dos Reis – Paralisado</p> <p>7487 – Angra dos Reis – Paralisado</p> <p>4537 – Niterói e Rio de Janeiro – Paralisado</p> <p>3073 – Nilópolis, Niterói Nova Iguaçu e Rio de Janeiro – situação Contínuo</p>
21	Analisar os procedimentos de Tomada de Contas quanto à descrição do fato e identificação do responsável	Observamos que não houve procedimentos de Tomadas de Contas no exercício 2020.
22	Verificar os repasses dos valores referentes às concessões, no Departamento Financeiro.	Devido a pandemia do COVID – 19 os valores repassados a CODERTE reduziram em razão da redução dos, também, dos valores arrecadados pelas concessionárias.

3. QUADRO DEMONSTRATIVO DO QUANTITATIVO DE TRABALHOS DE AUDITORIA REALIZADOS SEM PREVISÃO NO PLANAT

Os itens seguintes não estavam previstos no PLANAT, contudo foram trabalhos realizados em atendimento às solicitações e ou tendo em vista a necessidade de serem verificados.

Trabalhos de Auditoria Interna	Observação	Objetivo	Status
Relatório das Certificações das Prestações de Contas dos Ordenadores	Solicitação do Conselho Fiscal	Acompanhamento das Recomendações	Concluído
Relatórios de Auditoria mensais para o Conselho Fiscal	Solicitação do Conselho Fiscal	Acompanhamento das Recomendações	Concluído

4. QUADRO DEMONSTRATIVO DO QUANTITATIVO DE RECOMENDAÇÕES EMITIDAS E IMPLEMENTADAS NO EXERCÍCIO, E DAS RECOMENDAÇÕES NÃO IMPLEMENTADAS DEVIDAMENTE JUSTIFICADAS

Escreva um parágrafo, ou mais, para apresentar o status de implementação das recomendações exaradas pelo Tribunal de Contas do Estado, pela Auditoria Geral do Estado e pela própria Auditoria Interna.

Síntese dos Achados	Recomendação	Situação
Item 1.4- Natureza Jurídica e do Negócio da Unidade	Editar e publicar o regulamento Interno de Licitações e Contratos, aprovado pelo Conselho de Administração da empresa, se houver, ou pela Assembleia Geral, que deverá dispor sobre: I- procedimentos auxiliares das licitações, de que tratam os art. 63 a art. 67 da Lei nº 13.303/2016, II- procedimento de manifestação de interesse privado para o recebimento de propostas e projetos de empreendimentos, de que trata o § 4º do art. 31 da Lei nº 13.303, de 2016; III – etapa de lances exclusivamente eletrônica, de que trata o § 4º do art. 32 da Lei 13.303, de 2016; IV – preparação das licitações com matriz de riscos, de que trata o inciso X do caput do art. 42 da Lei nº 13.303, de 2016; V – observância da política de transações com as partes relacionadas, a ser elaborada, de que trata o inciso V do caput do art. 32 da Lei nº 13.303, de 2016; e IV – disponibilização na internet do conteúdo informacional requerido nos art.32, § 3º, art. 39, art. 40 e art. 48 da Lei nº 13.303, de 2016. (§1 do art. 61 do Decreto nº 46.188/2017)	Implementado
2.2- Monitoramento das Recomendações da AGE	Constituir, na estrutura societária da entidade, um Comitê de Auditoria Estatutário como órgão auxiliar do Conselho de Administração.	Em Implementação
	Realizar a avaliação de desempenho, individual e coletiva, de periodicidade anual, dos administradores e dos membros de comitês.	Não Implementado
	Criar uma área responsável pela verificação de cumprimento de obrigações e de gestão e de gestão de riscos (Compliance)	Em Implementação
	Elaborar carta anual, subscrita pelos membros do Conselho de Administração, com a explicitação dos compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas pela entidade e por suas subsidiárias.	Em Implementação
	Adotar medidas para sanar as pendências referentes ao Relatório de Situação Fiscal, com data de emissão de 15/08/2016, com a CSLL, no montante de R\$ 459.333,09, sendo R\$ 276.224,11 relativos a 2006 e R\$183.108,98 relativos a 2007, visando diminuir a ocorrência de juros, multas e demais encargos em virtude de atraso no recolhimento de tributos.	Não Implementado
	Adotar medidas para sanar a pendência referente ao Relatório de Situação Fiscal, com data de emissão de 15/08/2016, por atraso da DACON, no valor de R\$ 1.205,13, referente ao mês de outubro de 2013, visando diminuir a ocorrência de juros, multas e demais encargos em virtude de atraso no recolhimento de tributos.	Não Implementado

III-Avaliação dos Controles Internos	Recomendamos atualizar de forma mais tempestiva possível o organograma e regimento interno	Implementado
	Recomendamos adotar critérios de “impacto” e “relevância” para avaliar os riscos relacionados à gestão de bens móveis, no intuito de identificar as áreas mais significativas e vulneráveis	Em Implementação
	Recomendamos estabelecer qual setor é responsável pelo monitoramento ou gerência de riscos.	Implementado
	Recomendamos atualizar os procedimentos e instruções operacionais de forma a serem utilizados pelos servidores da companhia.	Em Implementação

Recomendações Relatório da Auditoria Independente

Síntese dos Achados	Recomendação	Situação
2.2 Código de Ética e Conduta	Observamos que a Companhia não possui um Código de Ética e Conduta	Implementado Aguardando a aprovação do Conselho de Administração
2.3 – A- Programa de Prevenção de Riscos Ambientais	A Lei define que todos os empregadores e instituições que admitem trabalhadores como empregados são obrigados a implementar o PPRA Sujeito a multa	Não implementado
2.3 – B- Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional	O PCMSO monitora por anamnese e exames laboratoriais a saúde dos trabalhadores. Tem por objetivo identificar precocemente qualquer desvio que possa comprometer a saúde dos trabalhadores. Sujeito a multa.	Não implementado
2.3 – C Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho-	O LTCAT é um Laudo, elaborado com o intuito de se documentar os agentes nocivos existentes no ambiente de trabalho e concluir se estes podem gerar insalubridade para os trabalhadores eventualmente expostos. Sujeito a multa	Não implementado
2.3 – D Análise Ergonômica do Trabalho	O objetivo do Laudo AET é identificar as atuais condições dos trabalhadores no desempenho de suas funções em seus respectivos postos de trabalho a fim de identificar possíveis oportunidades de melhoria, considerando: máquinas, mobiliários, ambiente de trabalho, processo, organização do trabalho, ferramentas, equipamentos, entre outros.	Não implementado
2.4 Plano de Cargos, Carreira e Salários	Recomendamos uma atualização do Plano de Cargos, Carreiras e Salários	Em Implementação
5.1 Estudo para a revisão anual sobre o imobilizado e intangível	As empresas devem calcular e registrar a depreciação e amortização de acordo com a expectativa de vida útil dos ativos imobilizados e intangível.	Em implementação

5.2 Teste de Impairment	A companhia não efetuou o teste de recuperabilidade dos valores registrados no Imobilizado, Intangível e Diferido. Recomendamos que a Companhia contrate o Teste de Impairment.	Em implementação
6 DEEMED COST	A empresa não realizou o Deemed Cost (avaliação do ativo pelo valor justo). Recomendamos que a empresa providencie Laudos de Avaliação de Ativo, com a finalidade de Deemed Cost.	Em implementação
8 Contas a Receber	Recomendamos uma conciliação completa do Contas a Receber, para se apurar o valor da provisão para perdas sobre os valores vencidos, se aproveitando para reduzir os recolhimentos de IRPJ e CSLL.	Em implementação
10-Transparência Obrigatória	Recomendamos a criação do comitê de auditoria estatutária descrito na Lei 13.303/16.	Em Implementação

5. DESCRIÇÃO DOS FATOS RELEVANTES QUE IMPACTARAM POSITIVA OU NEGATIVAMENTE NOS RECURSOS E NA ORGANIZAÇÃO DA UCI E NA REALIZAÇÃO DAS AUDITORIAS

Os trabalhos de auditoria, previstos para serem executados no exercício de 2020, de uma forma geral não foram afetados. O planejamento do rodízio dos colaboradores na Companhia conjugado com as tarefas executadas por home office não prejudicaram o desenvolvimento dos trabalhos previstos.

Os gastos emergenciais decorrentes da pandemia pela COVID-19 não foram altos em razão das atividades da Companhia, basicamente os gastos foram com compra de álcool gel, implantação de totens de álcool e máscaras.

6. QUADRO DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES DE CAPACITAÇÃO REALIZADAS

Segue quadro relacionando as capacitações realizadas no exercício.

Auditor	Tema da Capacitação	Carga Horária	Período
Célia Regina de Queiroz Ribeiro	Tributos Retidos na Fonte- CRC RJ	12h	04/02 a 05/02/20
Célia Regina de Queiroz Ribeiro	EDF – Reinf- Escrituração Fiscal – CRC RJ	6h	03/02/2020
Célia Regina de Queiroz Ribeiro	ITG – 1000 – CRC SP	4 h	12/02/2020
Célia Regina de Queiroz Ribeiro	Ética e Serviço Público – Escola Nacional de Administração Pública		Abril/2020

Célia Regina de Queiroz Ribeiro	Gestão em Ouvidoria – Escola Nacional de Administração Pública		Abril/2020
Célia Regina de Queiroz Ribeiro	Controles na Administração Pública – Instituto Serzedello Corrêes		Abril/2020
Célia Regina de Queiroz Ribeiro	Sistema de Informações – Escola Nacional de Administração Pública		Maior/2020
Célia Regina de Queiroz Ribeiro	15º Controle Vanguarda – Plano Anual de Auditoria Interna - PLANAT	2 h	17/12/2020

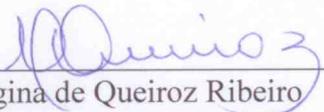
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos itens do Plano Anual de Auditoria - PLANAT propostas para o exercício de 2020, que tem por objetivo, dentre outros, avaliar a eficiência, a eficácia e a economia na aplicação e utilização dos recursos públicos, propomos medidas de controle e correções para os achados.

Em nossa opinião, o Relatório de Auditoria Interna desta CODERTE, relativo ao mês de dezembro de 2020, é REGULAR.

Pelo exposto encaminho o Relatório Anual de Auditoria – RANAT/2020 para a ciência e aprovação da Presidência, informando que daremos ciência ao Conselho Fiscal da Companhia na próxima reunião.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2021.


Célia Regina de Queiroz Ribeiro
Assessora Chefe da Assessoria de
Controle e Auditoria Interna
ID 321.3033-3
CRC/RJ 051180-0